

**PT**

**RESOLUÇÃO   
  
Contributo do Comité Económico e Social Europeu   
para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022   
  
  
com base no trabalho do   
  
  
Grupo Eventual para o Contributo do CESE para o Programa de Trabalho da Comissão Europeia de 2022**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Relatores: **Mariya Mincheva (Gr. I)**

**Stefano Palmieri (Gr. II)**

**Jan Dirx (Gr. III)**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

adotada pelo Comité Económico e Social Europeu  
em 9 de junho de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Na reunião plenária de 9 e 10 de junho de 2021 (sessão de 9 de junho), o Comité Económico e Social Europeu adotou a presente resolução, por 175 votos a favor e 2 abstenções.

# **Introdução**

## O Comité Económico e Social Europeu (CESE) constata que as seis grandes prioridades estabelecidas pela Comissão Europeia no seu programa de trabalho para 2021, a saber, Pacto Ecológico Europeu, Uma Europa Preparada para a Era Digital, Uma Economia ao serviço das Pessoas, Uma Europa mais Forte no Mundo, Promoção do Modo de Vida Europeu e Um Novo Impulso para a Democracia Europeia, constituem bases sólidas para a elaboração dos programas de trabalho. Por conseguinte, a presente resolução, que representa o contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão para 2022, incide nas seis grandes prioridades atrás referidas.

## O CESE parte do princípio de que, dada a duração da pandemia de COVID-19, colocar a economia europeia na via certa para promover uma transição sustentável, o crescimento e o emprego e trazer prosperidade aos cidadãos europeus e às organizações e empresas europeias deve continuar a ser a principal prioridade da política económica da UE nos próximos anos. Por conseguinte, o programa de trabalho da Comissão para 2022 deve, concretamente, recentrar-se plenamente na necessidade de recuperação e reconstrução após a pandemia.

## A atual situação pandémica na Europa está a aumentar a pobreza e a desigualdade, pelo que importa canalizar os recursos para onde são mais necessários, a fim de criar oportunidades e emprego de qualidade, reduzir a pobreza e a exclusão, promover o empreendedorismo e a melhoria de competências e/ou requalificação e assegurar o acesso a serviços de qualidade. Na declaração final da Cimeira Social do Porto, em maio de 2021, as instituições da UE, os parceiros sociais, as organizações da sociedade civil e os Estados-Membros salientaram a necessidade de recorrer ao investimento e a reformas para superar a crise económica e social, reforçando a capacidade de resiliência da Europa a choques futuros, assente num crescimento inclusivo e sustentável, no trabalho digno e na justiça social.

## Posto isto, o CESE gostaria de sublinhar que a UE e, por conseguinte, toda a política da UE, assenta e deve assentar nos objetivos e nos valores da UE estabelecidos no Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, nomeadamente o respeito pela dignidade humana, pela liberdade, pela democracia, pela igualdade, pelo Estado de direito e pelos direitos humanos. No entender do CESE, o programa de trabalho deve centrar-se na reestruturação e na melhoria da economia e da sociedade, com base nos valores seguintes: libertação de todo o potencial do mercado único, realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criação de uma economia circular e consecução da neutralidade climática da UE até 2050, o mais tardar, e garantia de boa governação e responsabilização democrática.

## O CESE está convicto de que só será possível ultrapassar com êxito os principais desafios que enfrentamos, realizar as profundas transições na nossa economia e mudar a forma não só como lidamos com a natureza e o ambiente, mas também as nossas próprias vidas – transições estas necessárias para um mundo verdadeiramente sustentável –, se os cidadãos e as suas organizações participarem ativamente.

## O CESE lamenta, na sua Resolução – Participação da sociedade civil organizada nos planos nacionais de recuperação e resiliência – O que funciona e o que não funciona?, que os governos nacionais não tenham viabilizado uma participação mais efetiva dos cidadãos e das suas organizações na elaboração dos respetivos planos nacionais de recuperação e resiliência. A importância e a utilidade da participação ativa das organizações da sociedade civil na elaboração e execução das políticas são destacadas tanto no estudo do CESE, intitulado «The response of civil society organisations to face the COVID-19 pandemic and the consequent restrictive measures adopted in Europe» [A resposta das organizações da sociedade civil à pandemia de COVID-19 e as consequentes medidas de confinamento adotadas na Europa], apresentado na primavera de 2021[[1]](#footnote-2), como através do Prémio para a Solidariedade Civil[[2]](#footnote-3) que distinguiu o empenho de intervenientes sociais durante a pandemia.

## Por conseguinte, o CESE reitera o seu apelo à Comissão para que tais lacunas sejam colmatadas nas fases de execução e avaliação dos planos nacionais de recuperação e resiliência através da criação de procedimentos mais formais que facilitem intercâmbios efetivos. Por conseguinte, o CESE espera que a Comissão reconheça, no seu próximo programa de trabalho, o papel fundamental que as empresas, os trabalhadores e as organizações da sociedade civil desempenham na execução, no processo de revisão e no acompanhamento dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Ao fazê-lo, o CESE presume que os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que orientam a política social da UE, também estarão no centro da estratégia de recuperação, a fim de assegurar as transições ecológica e digital de forma justa e equitativa. O papel fundamental dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil, enquanto intervenientes na moldagem do futuro da Europa na Conferência sobre o Futuro da Europa, deve também refletir-se nas atividades da Comissão.

## O mercado único continua a ser o motor essencial de uma economia da UE competitiva e, como tal, um facilitador vital da recuperação e da reconstrução das economias, tanto dos Estados‑Membros individualmente como da UE no seu conjunto. O CESE salienta que é necessário eliminar eventuais obstáculos e assegurar um fluxo ininterrupto de bens, serviços, capitais, dados e pessoas interfronteiras. É essencial restabelecer o mais rapidamente possível a liberdade de circulação no mercado único para retornar à situação anterior à pandemia de COVID-19, aprofundando este mercado em todos os setores, com enfoque na forma de assegurar cadeias de abastecimento e de valor ainda mais sólidas através de uma diversificação liderada pelas empresas.

## O CESE congratula-se com a adoção do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. No entanto, a sua aplicação prática implica alguns riscos. Verificam-se atrasos no processo de ratificação da Decisão Recursos Próprios[[3]](#footnote-4), que permitirá à UE obter os fundos necessários por empréstimo nos mercados de capitais. O CESE está preocupado com a falta de informação adequada sobre as modalidades práticas para a emissão das obrigações necessárias para financiar o mecanismo[[4]](#footnote-5). Cumpre também acompanhar de perto a coerência entre as áreas emblemáticas recomendadas pela Comissão Europeia e o verdadeiro conteúdo temático dos planos nacionais de recuperação e resiliência. O facto de que nem todos os Estados-Membros recuperarão ao mesmo ritmo constitui um desafio. A Comissão deve assegurar a rápida aprovação dos planos apresentados e estar ciente de que qualquer atraso pode resultar num agravamento do fosso entre os Estados‑Membros e entre as vertentes de cada economia nacional.

## O CESE apoia a Comunicação da Comissão relativa à resposta em termos de política orçamental à pandemia de COVID-19[[5]](#footnote-6), na qual a Comissão Europeia manifesta a sua intenção de decidir sobre uma futura desativação da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito de uma avaliação global do estado da economia com base em critérios quantitativos, nomeadamente o nível de atividade económica na UE ou na área do euro em comparação com os níveis anteriores à crise (2019). O CESE concorda com a necessidade de continuar a aplicar a cláusula de derrogação de âmbito geral em 2022, devendo evitar-se a supressão prematura do apoio orçamental.

## A fim de reforçar os benefícios a longo prazo do Plano de Recuperação da União Europeia, o CESE insta para que se retome o mais rapidamente possível o processo de revisão do quadro de governação económica da UE. Em vez de um «regresso à normalidade», o CESE reclama uma «viragem» para um quadro de governação económica, revisto e reequilibrado, orientado para a prosperidade, que atribua igual importância a um conjunto de objetivos políticos fundamentais, como o crescimento sustentável e inclusivo, o pleno emprego e o trabalho digno, o relançamento da produtividade da UE, uma economia social de mercado competitiva e finanças públicas estáveis. Esse quadro deveria também evitar efeitos assimétricos nos Estados-Membros e estimular o investimento produtivo através da aplicação, por exemplo, de uma regra de ouro bem equilibrada.

## A Comissão deve igualmente ponderar a possibilidade de prorrogar o quadro temporário relativo aos auxílios estatais até ao final de 2022, o que permitirá aos Estados-Membros continuar a utilizar plenamente a flexibilidade prevista nas regras em matéria de auxílios estatais para apoiar a economia no contexto da pandemia de COVID-19, respeitando simultaneamente as regras da concorrência, a fim de evitar distorções no mercado único. No entanto, o CESE considera que este regime, que é excecional e temporário, deve ser acompanhado por um processo de consolidação orçamental para melhorar a situação das finanças públicas nos Estados-Membros.

## O CESE observa que o investimento não representa um objetivo político da Comissão para o seu mandato até 2024. Para que possamos tirar o máximo partido deste esforço financeiro sem precedentes na história da UE e sair desta crise única, precisamos urgentemente de uma agenda económica europeia bem articulada e de políticas eficazes para legislar melhor, bem como de celeridade na disponibilização de vacinas e de menos restrições nas fronteiras internas da UE. O CESE recomenda à Comissão que inclua as iniciativas baseadas no investimento no seu programa de trabalho para 2022, desenvolvendo esforços para mobilizar investimentos privados em prol do futuro desenvolvimento económico sustentável da UE[[6]](#footnote-7).

## O CESE apoia a proposta da Comissão de rever o painel de indicadores sociais de modo a cobrir mais amplamente as diferentes vertentes do Pilar enquanto instrumento de acompanhamento fundamental utilizado no Semestre Europeu. Para o efeito, o CESE recomenda o aditamento de novos indicadores sociais, económicos e ambientais, melhorados, mensuráveis e complementares, que contribuirão para monitorizar os progressos no sentido de uma maior concretização dos princípios do pilar e para acompanhar a execução das medidas políticas.

## O trabalho digno deve ser a opção por defeito. O desafio da pandemia de COVID-19 revelou a fragilidade do nosso sistema social, agravou as desigualdades e a pobreza e deixou os nossos sistemas de saúde e sociais à beira do colapso. O CESE considera que, em prol de um futuro melhor para a Europa, é essencial contribuir para superar a crise atual, corrigir as questões sistémicas que agravaram os efeitos da pandemia, tomar medidas decisivas para combater a pobreza e promover o trabalho digno. As transições digital e ecológica podem, se devidamente aproveitadas, oferecer uma oportunidade para mais e melhores postos de trabalho na condição de se assegurar a participação dos parceiros sociais, bem como o respeito e o reforço da negociação coletiva, velando por que nesse processo sejam tidos em conta os pontos de vista dos trabalhadores (informação, consulta e participação).

## O CESE considera que este é também o momento certo para retirar ensinamentos da pandemia e aplicar políticas que permitam não só assegurar a capacidade de reação em caso de choques futuros comparáveis, mas também tirar partido de novas oportunidades de apoio à renovação industrial. A crise demonstrou claramente a importância das indústrias da Europa, nomeadamente um forte setor da indústria transformadora, para reforçar as bases económicas da UE e reduzir a sua dependência grave e excessiva dos fornecedores externos. Assim, o programa de recuperação da UE deve manter no seu centro uma estratégia industrial eficaz. É também necessário prestar especial atenção à proteção dos ativos estratégicos e do investimento da UE (em relação a alguns países terceiros), uma vez que se preveem mudanças acentuadas nas estruturas de propriedade após a crise da COVID-19.

# **O Pacto Ecológico Europeu**

## Não obstante as perturbações associadas ao desafio global provocado pela pandemia de COVID-19, importa prosseguir os esforços para criar um modelo económico mais sustentável e socialmente inclusivo, realizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, em especial, assegurar a transição para um modelo de crescimento ecológico. A transição para o Pacto Ecológico Europeu proporciona uma ocasião especial para desenvolver as empresas com base no modelo da economia social. As empresas inovadoras e empreendedoras são fundamentais para criar soluções inteligentes e eficazes para fazer face ao desafio existencial das alterações climáticas.

## Embora a promoção do emprego e das competências, as transições harmoniosas e um diálogo social dinâmico sejam também elementos importantes, um pacto social como parte essencial de um Novo Pacto Ecológico certamente não diz apenas respeito ao «trabalho», mas também aos rendimentos, à segurança social e ao apoio financeiro para todos aqueles que dele necessitam, inclusive para quem não tem qualquer acesso ao trabalho. Por conseguinte, a inclusão de todos os intervenientes da sociedade civil tem de ser partilhada e encarada como uma questão de interesse comum (ou seja, há que considerar a inclusão dos grupos mais vulneráveis).

## A UE só pode ser líder a nível mundial no que diz respeito à proteção do clima se a gestão da transição ecológica não comprometer a competitividade das cadeias de valor, dos postos de trabalho e das empresas. Cumpre apoiar as empresas na sua transformação, não só através de instrumentos financeiros, mas também através da criação de novos modelos empresariais sustentáveis, caso contrário perderão a sua competitividade. É necessário encontrar um equilíbrio entre a liberdade empresarial e a adoção de regulamentação mais rigorosa, a fim de incentivar a inovação, minimizar os encargos administrativos adicionais e evitar potenciais distorções do mercado.

## A transição para uma economia mais sustentável e resiliente é hoje mais importante do que nunca. Os recursos financeiros necessários devem ser reorientados para investimentos sustentáveis através de uma abordagem a longo prazo que tenha em conta os aspetos económicos, ambientais, sociais e de governação. Com base no trabalho já realizado e na estratégia renovada de financiamento sustentável, anunciada pela Comissão no contexto do Pacto Ecológico Europeu e a adotar no primeiro semestre de 2021, é necessário prosseguir os esforços para estabelecer e reforçar o quadro de financiamento sustentável da UE de uma forma harmonizada, apoiada por todos os intervenientes, incluindo as instituições financeiras, as empresas, os cidadãos e as autoridades. O CESE sublinha a importância de financiar também a «transformação sustentável» da nossa economia. Uma abordagem positiva que proporcione incentivos permitirá a todos os setores e indústrias proceder à transformação e contribuir para a transição. Há que ter igualmente em conta os diferentes pontos de partida e desafios relacionados com a transformação que as empresas, os setores e as regiões enfrentam.

## A fim de alcançar os objetivos em matéria de produção e consumo do Pacto Ecológico, em 2022 a Comissão deve prosseguir o seu valioso trabalho sobre a transição para a economia circular através do seu Plano de Ação 2020, em especial no que respeita aos seguintes elementos:

* + conceber produtos sustentáveis, com vista à reindustrialização da Europa;
  + apoiar um ambiente propício para que as empresas adaptem os seus modelos empresariais e melhorar a previsibilidade do investimento;
  + capacitar os consumidores e os adquirentes públicos, especialmente através do reforço da contratação pública circular;
  + tornar as principais cadeias de produtos circulares;
  + continuar a desenvolver um mercado da UE para as matérias-primas secundárias;
  + prosseguir o acompanhamento da economia circular através do Semestre Europeu e do quadro de acompanhamento e reavaliar os indicadores sobre a utilização dos recursos;
  + melhorar a aplicação da legislação da UE em matéria de resíduos pelos Estados-Membros.

O CESE e a Comissão devem continuar a tirar partido do êxito do seu trabalho conjunto na Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular, reunindo as boas práticas, os ensinamentos retirados, a investigação e as estratégias das partes interessadas para uma transição justa e equitativa.

Em 2022, a Comissão deve continuar a desenvolver o Pacto Europeu para o Clima, assente numa participação e apropriação efetivas por parte dos intervenientes locais no domínio do clima, e garantir que seja um veículo para concretizar as ambições da UE em matéria de clima. O CESE apelou igualmente para a criação de uma plataforma das partes interessadas do Pacto Europeu para o Clima, assente nos princípios da inclusividade e da transparência, bem como na participação e apropriação efetivas por parte dos intervenientes no domínio do clima a todos os níveis. A criação de um fórum finança-clima da UE, enquanto elemento do Pacto, não só promoveria processos de uma verdadeira aprendizagem mútua e o acesso ao financiamento, como também eliminaria obstáculos.

## Além disso, o mecanismo de participação dos jovens no contexto do clima e da sustentabilidade, como as mesas-redondas da juventude para o clima e a sustentabilidade propostas pelo CESE, deve ser parte integrante deste Pacto, facilitado pelas organizações de juventude.

## A decisão da Comissão de aumentar para 55% a meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 está, em grande medida, em consonância com pareceres do CESE. Para trabalhar com um nível nulo de emissões líquidas a partir das metas intermédias é necessário assegurar a integridade do sistema, incluindo o cálculo preciso das emissões e da absorção de carbono. O CESE considera muito importante que os cidadãos e os parceiros sociais saibam quais são as possibilidades de alcançar os objetivos e metas em matéria de emissões e o que tal significa para o seu trabalho e para a sua vida. Este aspeto é fundamental para apoiar todas as medidas a realizar. Por conseguinte, há que adotar medidas a fim de garantir a repartição equitativa dos riscos e das oportunidades para assegurar segurança e estabilidade; A UE deve assegurar que a sua política comercial e os seus acordos comerciais sejam coerentes com a sua ambição em matéria de clima. Por conseguinte, cumpre à Comissão prestar especial atenção às possíveis consequências para os cidadãos com rendimentos baixos de países terceiros.

## A Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia de Biodiversidade estão no centro do Pacto Ecológico. É fundamental traduzir estas estratégias em ações significativas e oportunas. Cumpre assegurar a participação estruturada e ampla da sociedade civil na execução destas estratégias, por exemplo, através de um «conselho europeu de política alimentar», tal como solicitado pelo CESE.

## Em 2022, a Comissão deverá iniciar os preparativos para apresentar uma proposta sobre um quadro legislativo em matéria de sistemas alimentares sustentáveis, cuja publicação está prevista para 2023. O quadro legislativo deve assegurar uma abordagem abrangente e incluir objetivos claros, indicadores e um mecanismo de acompanhamento sólido. O CESE recomendou a criação de um painel de avaliação da UE sobre alimentação sustentável, que permitiria dar resposta aos desafios do sistema alimentar, com base numa abordagem plurianual, promovendo, assim, o alinhamento das políticas entre os diferentes níveis de governação. O painel de avaliação forneceria indicadores que contribuiriam, assim, para incentivar e acompanhar os progressos rumo à consecução das metas estabelecidas.

## A política agrícola comum (PAC) e a política comum das pescas (PCP) devem também dar um contributo significativo para o Pacto Ecológico Europeu, em especial no que diz respeito à Estratégia do Prado ao Prato e à Estratégia de Biodiversidade, estabelecendo objetivos mais ambiciosos para a ação ambiental e climática, lutando por sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes e assegurando que a dimensão social é devidamente tida em conta. A nível mundial, é necessário garantir condições de concorrência equitativas para todas as indústrias agroalimentares e da pesca, velando por que a produção sustentável da UE não seja externalizada nem negativamente afetada pelas importações de países com normas ambientais, sociais, sanitárias e de qualidade inferiores, em especial à luz das perturbações económicas e comerciais causadas pela crise da COVID-19. Do mesmo modo, a sustentabilidade social deve desempenhar um papel fundamental também na PAC, devendo ser ponderado um sistema de condicionalidade social para garantir que os fundos europeus não são utilizados em caso de violações dos direitos laborais e humanos e que os trabalhadores agrícolas beneficiam das mais elevadas normas de proteção laboral e social.

## O CESE apoia a ambição de poluição zero da UE de garantir ecossistemas saudáveis e proporcionar aos europeus um ambiente de vida saudável. Para o efeito, a Comissão adotará, em 2021, o plano de ação «Para uma ambição de poluição zero no ar, na água e no solo – Construir um Planeta mais Saudável para Pessoas mais Saudáveis». O CESE aguarda com expectativa a oportunidade de explorar os instrumentos e o calendário propostos para a execução do referido plano de ação.

## O CESE insta a Comissão a implementar medidas concretas de apoio a uma transição bem‑sucedida, sob a forma de mercados pioneiros para o aço produzido de uma forma respeitadora do ambiente, apoio financeiro temporário a processos hipocarbónicos e investimento em infraestruturas de hidrogénio, captura, armazenamento e utilização de carbono, bem como a repensar globalmente as regras em matéria de auxílios estatais e de concorrência em conformidade. É igualmente necessário promover a transição do setor bancário e financeiro com vista a reforçar a ênfase no apoio a projetos sustentáveis e inovadores.

## O CESE congratula-se com o facto de a nova estratégia da Comissão no domínio dos transportes se centrar na mobilidade inteligente e sustentável e fazer parte do Pacto Ecológico Europeu. No entanto, uma vez que o mercado único e as questões sociais desempenham um papel fundamental na transição para uma mobilidade mais sustentável e inteligente, o CESE apela para que estes aspetos sejam mais tidos em conta nas medidas a adotar.

## O CESE apoia a intenção de tornar todos os modos de transporte mais sustentáveis e de promover um sistema de transportes multimodal sustentável, com base na cooperação entre os diferentes modos de transporte, bem como em características otimizadas do ponto de vista ambiental e na sustentabilidade social de cada modo. Ao mesmo tempo, é necessária uma abordagem global sobre a forma de alcançar este objetivo. Para ter êxito, a estratégia de mobilidade tem igualmente de ir de par com o reforço da competitividade do setor dos transportes no seu conjunto e da base industrial da UE com ele relacionada. Embora a pandemia de COVID-19, sem precedentes, tenha demonstrado a importância crítica do bom funcionamento do mercado único dos transportes e de cadeias de abastecimento sustentáveis, o CESE sublinha que a crise da COVID-19 exige que se faça uma distinção clara entre a fase de recuperação do setor da aviação a curto prazo, assegurando simultaneamente o contributo necessário do setor para os objetivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como o desenvolvimento de uma competitividade internacional e de condições de concorrência equitativas a médio e longo prazo.

## A Comissão deve continuar a desenvolver a União da Energia, através da apresentação de relatórios anuais sobre o estado da União da Energia e do apoio aos Estados-Membros na execução dos planos nacionais em matéria de energia e clima. Cumpre prestar mais atenção à questão de saber como colocar os cidadãos no centro da transição energética. O apoio à produção de energia pelos cidadãos e a capacitação dos consumidores, a apropriação local e o desenvolvimento regional, bem como a avaliação da adequação das estratégias para uma transição justa, devem ocupar um lugar de destaque na lista de prioridades políticas da Comissão.

## A Comissão continua a trabalhar para apresentar um programa denso e ambicioso de iniciativas legislativas para descarbonizar o setor da energia, em especial no âmbito do pacote legislativo «Preparados para os 55». Em 2022, a Comissão deverá prosseguir a integração do sistema energético, clarificando a forma de alcançar a segurança do aprovisionamento a partir de fontes de energia hipocarbónicas ou sem emissões de carbono, também no que diz respeito ao papel do setor público. No que respeita à transição ecológica, é necessária uma abordagem favorável às empresas, nomeadamente uma estratégia industrial credível capaz de sustentar o Pacto Ecológico e os seus novos objetivos para que passe a ser um verdadeiro motor de crescimento. Tal abordagem deve assegurar que a agenda de financiamento sustentável também permita o financiamento de tecnologias, infraestruturas e atividades de transição, tendo em conta a competitividade industrial.

## Alcançar a neutralidade climática não será tarefa fácil para a Europa. A descarbonização da indústria sobrecarregará as empresas com utilização intensiva de energia (setores siderúrgico, do cimento, químico) com elevados custos energéticos, impondo simultaneamente profundas mudanças estruturais aos setores industrial, dos transportes e da energia, o que acarreta o risco de uma desvantagem económica num mercado mundial competitivo. Para manter a competitividade, é necessária uma viragem rumo a uma ação energética abrangente, que garanta a segurança do aprovisionamento das empresas e dos agregados familiares, sem aumentar os preços, e, simultaneamente, reforce a conectividade das redes e a capacidade de armazenamento. O hidrogénio desempenha um papel fundamental neste contexto. É necessário desenvolver com caráter prioritário as aplicações pertinentes.

## O CESE considera muito importante reduzir a dependência energética. Por conseguinte, cumpre tomar medidas para reduzir as importações de energia e eliminar os subsídios às fontes de energia nocivas para o clima e o ambiente, devendo a União Europeia assumir um papel de liderança no domínio das energias renováveis, da eficiência energética e da eletromobilidade. Não obstante, importa dar prioridade ao consenso social, tendo nomeadamente em conta que algumas regiões da UE, que continuam a depender da produção de carvão ou do consumo de outros combustíveis fósseis, ainda estão longe de ter terminado a transição para a sustentabilidade e que os habitantes dessas regiões dispõem de rendimentos mais baixos e de menos oportunidades económicas do que os cidadãos de outros Estados-Membros. A ausência de uma resposta adequada aos impactos negativos da transição energética nos cidadãos e nas empresas, especialmente nas PME, e a incapacidade de prestar apoio adequado às pessoas mais gravemente afetadas podem gerar uma forte resistência política e social e constituir um freio ao processo de execução global dos planos nacionais em matéria de energia e clima.

## O CESE sublinha que a criação de uma economia do hidrogénio limpo na Europa constitui apenas uma vertente da estratégia rumo a uma melhor ligação dos diferentes setores energéticos da UE. Devido ao seu elevado custo de produção e transporte, o hidrogénio limpo só deve ser utilizado quando não for possível recorrer às opções de descarbonização existentes, como nos «setores de difícil redução» ou em certas aplicações muito específicas nos setores dos transportes e da construção. O CESE salienta que, para permitir o desenvolvimento do hidrogénio limpo, os fundos da UE não devem subsidiar os combustíveis fósseis e insta a Comissão a aplicar o princípio de «não prejudicar» a todos os financiamentos públicos ao abrigo do QFP, do Programa InvestEU, do Fundo de Recuperação da UE e dos auxílios estatais;

## O CESE considera que a Iniciativa Vaga de Renovação, pela sua natureza específica e trajetória até 2050, deve ser definida num quadro jurídico e financeiro claro, estável e adaptado. A Comissão deve criar incentivos para o desenvolvimento, a nível local, da industrialização e da implantação em massa de processos de renovação da eficiência energética.

## O CESE recorda que os Balcãs Ocidentais são altamente sensíveis ao impacto das alterações climáticas, que provocam danos na saúde da população e na economia, e que é necessário agir urgentemente para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, em especial das crianças e dos jovens, por meio de uma transição justa para um modelo mais ecológico, tendo em mente o princípio de «não deixar ninguém para trás». O CESE apoia a agenda verde para os Balcãs Ocidentais e apela para que as futuras ações de ecologização dos Balcãs Ocidentais sejam adaptadas aos desafios e às necessidades específicas da região, incluindo um quadro regulamentar adequado, atividades transfronteiriças, soluções tecnológicas inovadoras, energia produzida e consumida localmente e eficiência energética, transportes urbanos sustentáveis, redes rodoviárias e ferroviárias, participação pública e privada, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e implantação de Internet de alta velocidade, medidas agroalimentares, etc.

## O CESE apoia plenamente a cooperação da Comissão Europeia com os Estados-Membros da UE para promover as competências, os conhecimentos e as perspetivas essenciais que facilitem a aprendizagem ao longo da vida. Temos de colocar o emprego de qualidade e as condições de trabalho no centro da estratégia da UE, destacando a importância do saber-fazer e da sua aplicação contínua através da educação e formação e do direito à aprendizagem ao longo da vida, que deve ser implementado garantindo oportunidades de acesso, e de exemplos concretos de possíveis contas individuais de formação. Tal permitirá às pessoas fazer face às mudanças necessárias no contexto das transições digital e ecológica, a fim de garantir que ninguém fique para trás. O CESE insta a Comissão a iniciar o diálogo social sobre contas individuais de formação e a desenvolver uma estratégia a nível da UE em matéria de aptidões e competências verdes, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu.

# **Uma Europa preparada para a era digital**

## A crise da COVID-19 mostra que a revolução digital é um elemento importante para aumentar a resistência das nossas sociedades em situação de crise. É fundamental investir na digitalização de serviços essenciais e aumentar a capacidade dos governos, dos legisladores e das instituições públicas de prestarem os seus serviços durante uma crise. Ao mesmo tempo, temos de compreender que as tecnologias digitais são um instrumento, não são um objetivo final. Tem de haver um quadro europeu eficiente para garantir a plena acessibilidade dos cidadãos da UE e a igualdade de oportunidades para todos e uma orientação do mesmo para padrões elevados de sustentabilidade, incluindo salvaguardas tecnológicas e democráticas fortes, acompanhadas de medidas de apoio ao conhecimento e aos custos que não esquecem ninguém.

## O CESE observa que a UE, para estar na vanguarda digital, necessita de atribuir um financiamento significativo à investigação e inovação e de facilitar a cooperação entre empresas, investigadores, o setor público e outras partes interessadas.

## A pandemia acelerou a transição digital, pondo a nu a necessidade de enfrentar desafios como o equilíbrio entre vida profissional e pessoal e a saúde e segurança dos trabalhadores. O diálogo social a nível europeu, nacional e industrial é um instrumento útil para analisar se, e em que medida, a saúde dos trabalhadores e a sua vida pessoal necessitam de proteção adicional num momento de comunicação móvel digital omnipresente, e quais as medidas adequadas a este respeito, incluindo uma avaliação a nível da UE do chamado «direito a desligar-se».

## A Comissão deve trabalhar em conjunto com os Estados-Membros para eliminar as diferenças entre trabalhadores típicos e trabalhadores atípicos, distinguindo claramente entre verdadeiros e falsos trabalhadores por conta própria. Todos os trabalhadores, definidos como tal pela legislação nacional e pela jurisprudência do TJUE, devem beneficiar de igual proteção, independentemente de trabalharem para uma plataforma digital ou não. Cumpre reconhecer o seu direito à negociação coletiva e à representação e salvaguardar as condições de trabalho e da saúde, respeitando simultaneamente os diferentes sistemas de relações laborais.

## A transição digital deve contribuir para aumentar a produtividade e também para melhorar a educação e promover a participação política, social e cultural de toda a população da UE. O CESE destaca a necessidade de dar especial atenção às pessoas mais velhas, às pessoas com deficiência, assim como às pessoas em risco de exclusão social e outros grupos vulneráveis, a fim de evitar um fosso digital. Por conseguinte, um dos objetivos da transição digital deve ser estabelecer o acesso universal à Internet de banda larga como serviço público gratuito para todos os residentes na UE, especialmente tendo em conta que a cobertura atual é muito desigual e que esta circunstância é particularmente prejudicial para as zonas rurais (PME e cidadãos).

## As pessoas, com os seus conhecimentos, aptidões e competências, desempenham um papel crucial na corrida mundial. A situação demográfica está a prejudicar a disponibilidade de mão de obra, associada a um défice de competências qualitativas cada vez maior. O CESE apela para o desenvolvimento urgente da educação e da formação, a fim de satisfazer as exigências da era da inteligência artificial, nomeadamente assegurando uma base sólida nas competências básicas e nas competências em matéria de CTEM. A melhoria de competências, a requalificação e a aprendizagem contínua – acompanhadas de adaptabilidade e resiliência – são necessárias para garantir que todos os cidadãos são capazes de responder às mudanças no mercado de trabalho e na vida quotidiana.

## Tendo em conta o rápido progresso tecnológico fora do seu território, a UE tem de intensificar os seus esforços para melhorar a sua própria competitividade. Isto aplica-se a uma vasta gama de tecnologias, muitas das quais respondem a necessidades societais, como a alimentação, a água, a energia, a mobilidade e a habitação. O desenvolvimento e a adoção da inteligência artificial e de outras tecnologias digitais são o exemplo mais relevante neste contexto, uma vez que essas tecnologias têm um impacto transformador em toda a economia e em toda a sociedade.

## É importante preservar o modelo europeu de direitos, normas e políticas dos consumidores, que torna a UE única. Por exemplo, no domínio da digitalização, o código ético da UE relativo à inteligência artificial separa a visão da UE de «controlo humano» da de outras regiões. Esta abordagem, baseada nos direitos e liberdades fundamentais (por exemplo, deve garantir-se que o género, a raça, etc., não têm influência nas decisões tomadas pela inteligência artificial), faz parte do modelo da UE e deve, na opinião do CESE, ser preservada, apesar de atualmente o ambiente concorrencial ser mais aguerrido.

## O CESE insta a Comissão a manter a competitividade e os interesses dos trabalhadores no centro da transição digital, mantendo o enfoque nas relações laborais e no futuro dos postos de trabalho na indústria, e a promover uma transição justa e uma abordagem da mudança centrada nas pessoas. Uma estratégia industrial ambiciosa é essencial para garantir o êxito das transições ecológica e digital. A transformação digital das nossas economias e sociedades deve ser apoiada através da criação de um clima de incentivo ao investimento e do desenvolvimento de condições de confiança para a implantação e utilização seguras das novas tecnologias.

## O CESE assinala que a política social deve incentivar o investimento nas competências, apoiando mais eficazmente as reformas nacionais do mercado de trabalho e da segurança social, e assegurar que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais promove o crescimento económico e facilita a criação de emprego.

## Na opinião do CESE, o quadro regulamentar europeu deve assegurar a eliminação dos obstáculos às transações em linha, garantindo simultaneamente a proteção da privacidade e dos dados pessoais e a cibersegurança. Além disso, o combate à fragmentação do mercado único digital deve continuar a ser uma das prioridades, com especial destaque para as PME e as microempresas.

## O CESE considera que a aplicação e o acompanhamento de um quadro regulamentar para a inteligência artificial devem constituir uma prioridade. A sociedade civil deve participar neste processo e chamar a atenção dos responsáveis políticos para novas questões que possam surgir neste contexto, nomeadamente a limitação de eventuais mudanças tecnológicas, os riscos de exclusão e a dependência da UE dos gigantes digitais. O mercado único digital não deve deixar ninguém para trás, o que significa, por um lado, melhorar a acessibilidade, a compreensão e a utilização das ferramentas digitais e, por outro, melhorar as competências e a formação no domínio das tecnologias digitais.

## O CESE acolhe favoravelmente a Nova Agenda Transatlântica e os seus esforços no sentido de reforçar a parceria transatlântica. O contexto sem precedentes da COVID-19 demonstrou claramente que a economia digital está a transformar as nossas sociedades e economias e que a tecnologia deve ser uma prioridade elevada na cooperação renovada entre a UE e os EUA. Por conseguinte, o CESE apoia a criação do Conselho de Comércio e Tecnologia (TTC) e preconiza uma forte participação da sociedade civil nos futuros esforços para criar um quadro transatlântico estruturado em matéria de princípios políticos e regulamentares, incluindo as bases para um futuro acordo UE-EUA sobre o comércio digital.

## A digitalização continuará a apresentar desafios e oportunidades para o sistema financeiro europeu. Em 2021, o CESE apoiou a Estratégia de Financiamento Digital da Comissão e as propostas legislativas dela decorrentes. O CESE insta a Comissão a prosseguir estes esforços em 2022, a fim de dar uma resposta adequada aos desafios e aproveitar as oportunidades do financiamento digital em benefício de todas as partes interessadas. Tal apoiaria a transformação digital da economia europeia, contribuindo para mercados financeiros competitivos e favoráveis à inovação.

## Congratulando-se com o facto de a digitalização e a automatização poderem contribuir substancialmente para transportes mais sustentáveis («ecológicos»), o CESE insta a Comissão a assegurar uma transição justa para a automatização e a digitalização que «não deixe ninguém para trás». A Comissão deve assegurar que as transições ecológica e digital do setor decorram sem problemas e de forma equilibrada do ponto de vista económico, social e ambiental.

# **Uma economia ao serviço das pessoas**

## A pandemia de COVID-19 devastou a economia europeia e assolou a sociedade, agravando o desemprego e as desigualdades. Uma base económica sólida e a criação de valor são fundamentais para assegurar um desenvolvimento sustentável e preservar o ambicioso modelo social europeu. As políticas sociais devem ser acompanhadas de políticas que visem promover o desenvolvimento económico, no reconhecimento de que compartilham o objetivo de servir o bem comum. A criação de emprego, o desenvolvimento de competências e mercados de trabalho inclusivos são a via mais adequada para prevenir as desigualdades e a exclusão e assegurar uma maior estabilidade societal. O progresso económico e o progresso social estão, portanto, fortemente interligados. O desempenho económico e a prosperidade são fundamentais. Para alcançar rapidamente a recuperação é necessário mobilizar todos os instrumentos pertinentes (orçamentais, monetários, estruturais, regulamentares, financeiros e de incentivo ao investimento). O processo de recuperação tem de respeitar as necessidades sociais e processar‑se de forma uniforme e equilibrada a nível regional.

## Para além das questões económicas e ambientais, a agenda social deve constituir o fio condutor do programa de trabalho da UE para 2022. Tal significa que o compromisso da Comissão para com uma Europa social e sustentável deve ser uma prioridade, tendo simultaneamente em conta eventuais novos indicadores do progresso económico que vão para além do PIB, tais como a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a coesão social, a saúde e o bem-estar geral das gerações atuais e futuras. As organizações da sociedade civil desempenham um papel importante neste contexto. É possível promover a inovação social como modelo para a recuperação através de processos colaborativos de criação, conceção e produção. Num contexto social complexo marcado por enormes desafios societais, uma recuperação bem-sucedida é a única via para mobilizar todos os recursos da sociedade, a partir de uma abordagem intersetorial e multidisciplinar com vista a identificar soluções conjuntas para desafios comuns. A sociedade civil organizada é um catalisador para a inovação social.

## O CESE acolhe favoravelmente o Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e considera que, em 2022, importa tomar medidas concretas no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à coesão social, para que os cidadãos europeus possam ter acesso a serviços essenciais de boa qualidade. O CESE insta a Comissão a considerar diferentes opções no que diz respeito à questão do rendimento mínimo na Europa, a fim de dar uma resposta mais adequada à situação dos europeus, especialmente quando confrontados com as dramáticas perspetivas económicas decorrentes da pandemia e das suas consequências.

## A Comissão Europeia deve centrar-se na manutenção de postos de trabalho e na luta contra a desigualdade e a pobreza no processo de recuperação e prestar atenção especial ao apoio a grupos vulneráveis, como as crianças em situação de pobreza, as pessoas com deficiência, os trabalhadores atípicos, as pessoas que vivem em áreas marginalizadas, os migrantes e as minorias étnicas, promovendo políticas ativas e inclusivas. A pobreza, incluindo a pobreza no trabalho, continua a ser um problema importante que afeta muitos Estados-Membros. Por conseguinte, é essencial assegurar uma remuneração adequada dos empregos, a fim de garantir condições de trabalho e de vida adequadas. É necessária uma abordagem abrangente ao nível da UE e dos Estados-Membros para enfrentar estes problemas, incluindo ações destinadas a apoiar sistemas eficazes de integração ativa, acompanhados de serviços sociais essenciais e facilitadores.

## O trabalho doméstico e a prestação de cuidados não remunerados assumidos por mulheres, bem como a violência doméstica de que são vítimas, aumentaram durante a pandemia. A Comissão Europeia deve propor um pacto europeu para os cuidados com o objetivo de libertar as mulheres destas tarefas não remuneradas, bem como medidas ambiciosas para combater este tipo de violência.

## O CESE visa reforçar o papel das organizações da sociedade civil nos países parceiros, em especial o papel dos parceiros sociais, em todos os domínios, mas sobretudo nos domínios económico e social. A estabilidade é uma condição imprescindível para superar a crise, mas, sem a participação dos parceiros sociais no processo de tomada de decisões económicas e sem o envolvimento ativo das associações empresariais no processo legislativo, nas reformas e na sua aplicação, impossível de alcançar. A colaboração entre os parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil é uma força motriz de políticas económicas, de emprego e de inserção social bem-sucedidas, sustentáveis e inclusivas. A Comissão Europeia deve reconhecer este papel essencial e melhorar o diálogo social e civil.

## O empreendedorismo, nas suas diversas formas e em todos os setores (incluindo o turismo, a indústria, a economia das plataformas, a economia social e as profissões liberais), é crucial para o crescimento económico, a inovação, o emprego e a inclusão social. Por conseguinte, importa identificar as dificuldades com que se deparam as PME (especialmente as empresas muito pequenas que são, muitas vezes, empresas familiares) no acesso ao mercado único e procurar respostas eficazes adaptadas à sua situação concreta. O empreendedorismo social merece atenção especial devido ao papel que esta forma de empreender pode desempenhar para superar a crise e assegurar uma recuperação económica justa e sustentável.

## A Europa está empenhada numa transição para a neutralidade climática e a digitalização. As transições ecológica e digital envolvem novas tecnologias e, por conseguinte, investimento e inovação que se traduzirão na criação de novos tipos de empregos e na necessidade de novas competências. A política industrial deve, por conseguinte, ter uma forte dimensão social, uma vez que a existência de empregos de qualidade, de sistemas de proteção social e de serviços públicos eficientes cria condições propícias ao desenvolvimento da atividade industrial.

## Uma política dos consumidores moderna deve garantir aos consumidores os direitos e a proteção de que necessitam. Graças ao mercado único, os consumidores e as empresas da UE podem facilmente comprar e vender bens e serviços transfronteiras, em linha ou fora de linha. Para que assim seja, é necessário um clima de confiança no mercado, bem como legislação específica e a sua aplicação efetiva. A informação e a formação dos consumidores devem também contribuir para que se tornem verdadeiros intervenientes nas transições ecológica e digital e possam fazer escolhas mais responsáveis e informadas.

## É essencial acompanhar de perto as novas formas de consumo e produção, tendo em conta a necessidade de integrar as preocupações ambientais e a proteção dos consumidores e do trabalho, bem como os aspetos relacionados com o crescimento e o emprego. A economia circular promove a transição para padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.

## As empresas são a pedra angular para uma Europa viável. A economia europeia tem de ser mais inovadora e resiliente. Exige constantemente novas melhorias no ambiente empresarial. A adoção de regulamentação adequada permitirá apoiar a recuperação de forma eficiente em termos de custos. Quando da introdução de novas medidas políticas importa garantir os princípios de «legislar melhor», o controlo da competitividade, bem como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a sustentabilidade ambiental. A necessidade de um ambiente empresarial favorável aplica-se tanto à regulamentação e tributação como à afetação do financiamento público, tendo em conta que o êxito europeu pressupõe investimentos em inovação. Uma política industrial moderna exige uma abordagem abrangente destinada a reforçar a competitividade das empresas da UE em todos os domínios de intervenção. O investimento em infraestruturas duradouras é necessário para assegurar a operacionalidade do mercado único. A eliminação da dupla tributação, bem como a digitalização e a simplificação dos sistemas fiscais, em particular no domínio do IVA, contribuiriam também para o investimento e o comércio.

## O Regulamento relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência confirma a importância da participação efetiva da sociedade civil na elaboração dos planos nacionais de recuperação e resiliência, no âmbito do Semestre Europeu. O CESE apela para a definição de condições vinculativas para a consulta da sociedade civil, uma vez que a participação varia consoante os países e as regiões, também no que diz respeito a outros instrumentos no âmbito do quadro financeiro plurianual, com base em normas mínimas definidas a nível da UE.

## A fim de impedir que a economia se afunde, de evitar o regresso a medidas de austeridade e de reforçar os benefícios a longo prazo do Plano de Recuperação da União Europeia, o CESE insta para que se retome o mais rapidamente possível o processo de revisão do quadro de governação económica da UE. Em vez de um «regresso à normalidade», o CESE reclama uma «viragem» para um quadro de governação económica, revisto e reequilibrado, orientado para a prosperidade, que atribua igual importância a um conjunto de objetivos políticos fundamentais, como o crescimento sustentável e inclusivo, o pleno emprego e o trabalho digno, uma economia social de mercado competitiva e finanças públicas estáveis. Esse quadro deveria também evitar efeitos assimétricos nos Estados-Membros e estimular o investimento produtivo através da aplicação, por exemplo, de uma regra de ouro bem equilibrada. Em todo o caso, a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento deve permanecer ativada até a taxa de desemprego baixar significativamente e o crescimento voltar a uma trajetória ascendente sustentada, com regras orçamentais modernizadas a aplicar posteriormente.

## O CESE apela para que se desenvolvam mais esforços no sentido de concluir a União Bancária, um projeto há muito aguardado. Os bancos europeus continuarão a desempenhar um papel crucial na recuperação económica da crise da COVID-19, apoiando a economia e o emprego. Uma verdadeira União Bancária contribuiria igualmente para a inclusão social e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fundamental para a competitividade futura da Europa. O CESE realça a necessidade de reforçar ainda mais a proporcionalidade das normas bancárias, sem prejuízo da eficácia das regras prudenciais, e considera fundamental ter em conta, quando da revisão das regras prudenciais bancárias, o facto de o setor bancário europeu ser diversificado.

## A União dos Mercados de Capitais (UMC) deve também continuar a ocupar um lugar de destaque na ordem do dia. O CESE apoiou as iniciativas delineadas no Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais de 2020. O CESE insta para que os Estados-Membros envidem esforços para alcançar os objetivos da UMC e salienta que as iniciativas estratégicas para o financiamento da economia europeia e das transições climática e digital merecem atenção especial. O CESE defende a promoção das boas práticas nacionais a fim de melhorar a literacia financeira dos europeus como condição prévia para tirar melhor partido do elevado nível de poupanças na Europa. Além disso, o CESE salienta que as considerações de ordem ambiental, social e de governação merecem mais atenção, assinalando, neste contexto, que os investidores devem ter a possibilidade de aceder a dados fiáveis nestes domínios.

## O CESE manifesta a firme convicção de que, no contexto da digitalização da economia, qualquer alteração das regras de distribuição dos direitos de tributação sobre os lucros entre países deve ser coordenada à escala mundial e, por conseguinte, congratula-se com a cooperação estreita entre a Comissão, os Estados-Membros e a OCDE/G20 em prol de uma solução internacional. Se tal não for possível, a UE deve ponderar avançar sozinha. A luta contra a fraude e a evasão fiscais, bem como contra o branqueamento de capitais e o planeamento fiscal agressivo, deve continuar a ocupar um lugar prioritário na agenda.

## A política de coesão desempenhará um papel fundamental na garantia de uma recuperação equilibrada e eficaz, promovendo a convergência, combatendo as desigualdades e garantindo que ninguém é esquecido. Importa assegurar uma aplicação oportuna e eficaz dos vários recursos dos fundos no âmbito da política de coesão, no período de programação de 2021-2027, para efetivar a recuperação. A fim de recuperar da crise e reforçar a resiliência e a sustentabilidade, deve dar-se prioridade a uma distribuição equitativa e justa. A coesão territorial visará igualmente um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, em conformidade com o território onde se vive. A política de coesão da UE para o período 2021‑2027 deve continuar a concentrar-se na competitividade económica, através da investigação e inovação e da transição digital, bem como na agenda do Pacto Ecológico Europeu e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## No setor dos transportes, a preservação de empregos de qualidade e de condições de trabalho adequadas constitui um requisito essencial para manter uma mão de obra qualificada, sem a qual não é possível garantir uma competitividade sustentável. Há que assegurar empregos de qualidade e condições de trabalho adequadas e prosseguir o recrutamento e a formação de mão de obra qualificada. O CESE congratula-se com as iniciativas lançadas pela Comissão para aumentar a participação das mulheres no setor dos transportes, e solicita a adoção de medidas adicionais para alcançar a igualdade entre homens e mulheres neste setor.

## O CESE convida a Comissão a criar, no âmbito da Iniciativa Vaga de Renovação, um novo «Erasmus para a renovação térmica 2050», a fim de atrair jovens europeus para novos postos de trabalho no setor da construção.

## O painel de indicadores sociais deve controlar regularmente o progresso realizado na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apresentado no relatório conjunto sobre o emprego e nos relatórios por país, e funcionar de forma integrada com o Observatório de Desempenho do Emprego (ODE) e o Monitor do Desempenho em matéria de Proteção Social (MDPS) já existentes e desenvolvidos pelos Estados-Membros. Os 14 indicadores e os subindicadores (35 no total) do painel devem ser objeto de revisão constante, com a participação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil, por forma a adaptá-los aos objetivos políticos e às situações socioeconómicas em mutação na Europa.

## Um novo Semestre Europeu deve perseguir objetivos sociais no quadro do acompanhamento dos desequilíbrios sociais, tendo em vista reequilibrar a prevalência de requisitos orçamentais e macroeconómicos O painel de indicadores sociais deve acompanhar e incidir sobre todos os direitos e princípios enunciados no Pilar, bem como incluir novos e melhores indicadores mensuráveis. Tais indicadores poderiam incluir, além de estatísticas, o acesso efetivo a serviços sociais baseados na qualidade, o cumprimento efetivo dos direitos sociais, a integração social e laboral de migrantes, a cobertura da negociação coletiva, a participação no processo do Semestre Europeu das partes sociais interessadas e o acesso a programas de aprendizagem e a um ensino superior de qualidade. A Comissão deve acompanhar a aplicação dos planos nacionais de reforma, em estreita colaboração com os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil pertinentes, promovendo, desta forma, recomendações sociais específicas por país. O número e a estrutura das recomendações devem ser adequados e acompanhar os progressos realizados no que respeita às prioridades indicadas no roteiro.

## Em conformidade com as disposições do TFUE, importa reforçar a participação dos parceiros sociais de modo a serem consultados sobre a conceção e a execução das políticas económicas, sociais e de emprego, segundo a prática nacional. A participação atempada e significativa dos parceiros sociais é essencial para fomentar o empenho nas políticas e contribuirá para uma aplicação bem-sucedida das mesmas, conciliando os interesses dos trabalhadores e dos empregadores. A colaboração entre os parceiros sociais pode ser uma força motriz de políticas económicas, de emprego e de inserção social bem-sucedidas, sustentáveis e inclusivas. A consulta dos parceiros sociais deve ser reforçada através da melhoria da aplicação do quadro da UE em matéria de informação, consulta e participação, em especial nos processos de reestruturação[[7]](#footnote-8).

# **Uma Europa mais forte no mundo**

## O CESE considera que, tendo em conta as condições prévias ao Pacto Ecológico Europeu e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a coesão social, a convergência económica ascendente e a promoção da competitividade e da inovação devem constituir a base sobre a qual a economia da área do euro acelera e apoia o reforço do papel internacional do euro no próximo período de programação. Tal exige, nomeadamente, a conclusão da União Económica e Monetária e da União Bancária, bem como a adoção de medidas adicionais para aprofundar o setor financeiro europeu, incluindo uma infraestrutura europeia mais forte de mercados financeiros e taxas de juro de referência robustas. A promoção de uma utilização mais ampla do euro em setores estratégicos também constitui um contributo crucial para o reforço do papel internacional do euro. Para o efeito, é urgente que os Estados-Membros adotem uma abordagem mais coesa no âmbito da diplomacia internacional e sejam mais proativos na promoção dos interesses da UE nesses setores, o que poderá criar mais oportunidades comerciais.

## No que respeita à política de alargamento, a expectativa do CESE é de que os próximos relatórios por país sigam uma estrutura clara para acompanhar a forma como a sociedade civil é tratada pelos governos dos Balcãs Ocidentais. O CESE manifesta a firme convicção de que a UE deve igualmente investir no desenvolvimento de estruturas horizontais da sociedade civil, proporcionando aos parceiros sociais e a outras organizações da sociedade civil dos Balcãs Ocidentais conhecimentos especializados, apoio técnico e oportunidades regionais e internacionais de ligação em rede, nomeadamente com o objetivo de assegurar que desempenham um papel mais ativo no processo de alargamento. No intuito de verificar a transparência e a responsabilização das elites políticas dos Balcãs Ocidentais, a UE deve solicitar às organizações da sociedade civil da região que realizem regularmente relatórios‑sombra sobre o estado da democracia.

## A fim de restabelecer a confiança no alargamento e reforçar as formas como a UE comunica com os seus aliados naturais na região, o CESE está convencido de que a UE deve permitir que os líderes políticos e os cidadãos dos Balcãs Ocidentais participem nas atividades e nos debates realizados no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, numa base consultiva. As instituições da UE podem aproveitar os recursos da sociedade civil local e recorrer à ajuda das delegações da UE na região para mobilizar os cidadãos dos parceiros dos Balcãs Ocidentais, dando-lhes a oportunidade de aderirem às plataformas em que os cidadãos da UE debaterão durante a Conferência sobre o Futuro da Europa.

## No que diz respeito à Parceria Oriental, o CESE considera que a UE é, antes de mais, uma união de valores e, por conseguinte, as relações com os seus vizinhos também devem assentar nos mesmos valores e ser acompanhadas de determinadas condições. O CESE compromete-se a continuar a participar ativamente na construção de sociedades mais fortes e mais democráticas nos países vizinhos, em que as organizações da sociedade civil possam operar livremente.

## No contexto da degradação das relações entre a UE e a Rússia, o CESE insta a Comissão a continuar a apoiar as relações com a sociedade civil russa.

## Reforçar os meios para que a sociedade civil desempenhe o seu papel na cena mundial: o CESE convida a Comissão a prosseguir a reflexão sobre a forma de reforçar o papel dos grupos consultivos internos (GCI). É fundamental assegurar meios e recursos adequados para ajudar os GCI a desempenhar as suas funções de acompanhamento e aconselhamento, nomeadamente à luz da nova geração de GCI, cujo âmbito será muito mais vasto. O CESE prontifica-se a apoiar este trabalho. O CESE espera que o programa de trabalho da Comissão para 2022 tenha em conta a necessidade de a DG Comércio aplicar algumas das recomendações resultantes de debates construtivos e reforçados com o CESE e os grupos consultivos internos em 2021. A Organização Mundial do Comércio (OMC) intensificou recentemente a sua colaboração com a sociedade civil fora dos fóruns públicos anuais, tendo estes esforços contribuído significativamente para tornar o sistema de comércio multilateral mais eficaz e democrático. No entanto, ainda há margem para melhorias substanciais. O CESE aguarda com expectativa os resultados do empenho da Comissão Europeia em elevar a voz da sociedade civil a nível multilateral, em particular a ação n.º 6 do recente plano de ação de 6 pontos do Grupo de Otava.

## A UE é um ator fundamental no comércio internacional. Deve falar a uma só voz quando da negociação dos acordos comerciais com parceiros internacionais e manter o seu papel de líder na definição de uma agenda económica, promovendo os seus princípios fundamentais, normas e valores sociais e laborais (Estado de direito, direitos fundamentais e princípios democráticos). A conclusão das negociações em curso, a ratificação e a aplicação dos acordos finalizados e o lançamento de novas negociações são ações necessárias para tirar partido das oportunidades à escala mundial. A UE deve também contribuir para o reforço do multilateralismo e apoiar o papel e a modernização da OMC.

## O CESE considera que a UE deve desenvolver, de forma autónoma, uma infraestrutura europeia de dados e de novas tecnologias digitais. Entre a China e os Estados Unidos, a UE deve apoiar‑se nos seus próprios recursos e investir na tecnologia da próxima geração. A UE tem de desenvolver a sua própria visão e estratégia de soberania digital mantendo-se aberta ao comércio livre e continuando a apoiar o sistema multilateral. Estrategicamente, deve centrar-se na criação de infraestruturas, na cibersegurança, na computação em nuvem, na tecnologia facilitadora essencial e nos dados, velando para que os parceiros mundiais a reconheçam pela qualidade das suas normas e dos seus produtos. Garantir a segurança alimentar, uma cadeia de abastecimento alimentar forte e a sustentabilidade agroalimentar da UE devem também continuar a ser uma das prioridades da Comissão.

## O CESE propõe que os acordos comerciais, económicos e sobre investimento celebrados pela UE considerem:

* + a integração de normas sociais, laborais e de desenvolvimento sustentável nas regras da OMC e de outras agências da ONU, o que pode contribuir substancialmente para a construção de uma nova ordem económica e comercial equitativa e de uma globalização justa e inteligente;
  + a inserção de um capítulo com cláusulas sobre as infrações fiscais, o branqueamento de capitais e o planeamento fiscal agressivo, bem como sobre a cooperação entre as autoridades fiscais;
  + a inclusão de um mecanismo de proteção dos direitos humanos e de dever de diligência para salvaguardar o respeito pelas normas laborais, bem como um regime de sanções contra violações dos direitos laborais[[8]](#footnote-9). Este mecanismo deve basear-se em regras acordadas – com a aplicação de sanções proporcionadas, eficazes e dissuasivas em caso de incumprimento – e introduzidas através de legislação vinculativa com definições claras dos direitos e dos requisitos de comunicação de informações, que devem ser proporcionados;
  + a integração da participação plena e efetiva das organizações da sociedade civil e dos parceiros sociais no processo de negociação e nas próximas fases do acompanhamento e avaliação do impacto dos efeitos dos acordos (grupos consultivos internos).

## O CESE considera que a UE deve colaborar ativamente com os Estados Unidos para atingir as metas climáticas traçadas no Acordo de Paris, uma vez que os Estados Unidos voltaram a assumir uma atitude proativa no domínio do clima. É importante que haja um vínculo forte entre a UE e os EUA, não só no domínio do clima, sobretudo agora que a relação com a China está a tornar-se mais problemática devido às suas políticas interna e externa.

## O CESE reconhece que a Parceria Estratégica UE-China está sob pressão devido ao agravamento da situação em Hong Kong, à limitação do espaço de manobra da sociedade civil e à situação dos direitos humanos na China, em particular no que diz respeito aos uigures. Por conseguinte, o CESE insta a Comissão a esgotar todos os meios diplomáticos e políticos possíveis para melhorar a situação dos cidadãos de Hong Kong e das minorias na China. Neste contexto, o CESE solicita à Comissão que apresente, com a maior brevidade possível, uma proposta para estabelecer uma estratégia única da UE (coerente com as políticas europeias em matéria de transportes, concorrência, investimento, direitos humanos e laborais, segurança, etc.), a fim de dar resposta com uma iniciativa diferente nos Estados-Membros da UE ligados à iniciativa Uma Cintura, Uma Rota.

## O CESE defende a necessidade de «intensificar a ação internacional em prol da resiliência às alterações climáticas», conforme proposto pela Comissão. Neste contexto, importa ter presente que, fora da UE, os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento são os mais afetados pelo impacto das alterações climáticas. Por este motivo, o CESE insiste, no âmbito da Parceria Estratégica África-UE, em que a UE deve trabalhar com os países africanos mais ameaçados, uma vez que o Banco Mundial, conforme corretamente citado pela Comissão, estima que, só na África Subsariana, as alterações climáticas podem desencadear a migração de 70 milhões de pessoas, até 2050.

## A região mediterrânica terá de voltar a ser o ponto nevrálgico da Europa, como o tem sido ao longo de séculos, ou seja, uma área centrada no intercâmbio de pessoas, bens e culturas. O CESE apela para o restabelecimento do papel estratégico do Mediterrâneo, a fim de permitir uma política de vizinhança capaz de assegurar processos de paz e um desenvolvimento económico, ambiental e social sustentável.

# **Promoção do modo de vida europeu**

## Uma sociedade civil dinâmica constitui o cerne da União Europeia. O nosso modo de vida caracteriza-se por um sentimento de equidade, justiça e solidariedade, isto é, pela noção da necessidade de contribuir para o bem comum em benefício de todos. Tendo em conta que a crise da COVID-19 está a afetar de forma particularmente negativa determinados grupos sociais, como as mulheres, os jovens e os cidadãos móveis da UE, que vivem um «duplo confinamento», é hoje, mais do que nunca, importante que as organizações da sociedade civil desempenhem um papel central no fortalecimento deste modo de vida, enquanto aliadas na proteção, promoção e preservação do nosso modo de vida assente na inclusão e no respeito pelo próximo. Por conseguinte, o CESE insta a Comissão a apoiar as organizações da sociedade civil e a dar-lhes o reconhecimento que merecem, salvaguardando, assim, o espaço cívico e o direito democrático de associação, que são essenciais para o nosso modo de vida.

## Um dos principais ensinamentos retirados da crise da COVID-19 é o da necessidade de reforçar os sistemas de saúde em quase todos os países europeus, com foco na prevenção e na garantia de acesso universal a estruturas de saúde pública, a serviços de saúde básicos, incluindo vacinas, e a cuidados continuados. A situação das pessoas que se encontram em estruturas de prestação de cuidados requer atenção especial e urgente. Embora a responsabilidade pelos cuidados de saúde seja uma competência nacional, a propagação do vírus não conhece fronteiras e exige respostas comuns a nível europeu.

## A Comissão Europeia deve centrar-se na manutenção de postos de trabalho e na luta contra a desigualdade e a pobreza no processo de recuperação e prestar atenção especial ao apoio a grupos vulneráveis, como as crianças em situação de pobreza, as pessoas com deficiência, os trabalhadores atípicos, as pessoas que vivem em áreas marginalizadas, os migrantes e as minorias étnicas, através de políticas ativas e inclusivas. A pobreza em geral e a pobreza no trabalho continuam a ser um problema importante que afeta muitos Estados-Membros. É necessária uma abordagem abrangente ao nível da UE e dos Estados-Membros para enfrentar estes problemas, incluindo ações destinadas a apoiar sistemas eficazes de integração ativa, acompanhados de serviços sociais essenciais e facilitadores.

## Há que direcionar o foco para as crianças e os jovens, pois eles são a geração que pagará a enorme dívida pública contraída pelos países para fazer face às consequências da pandemia. Outro aspeto a ter absolutamente em conta são os desafios relacionados com a sua participação ativa na sociedade e no mercado de trabalho.

## A migração continua a ser uma questão prioritária devido ao impacto que tem na sociedade e na economia da UE (emprego, integração, controlo nas fronteiras e luta contra o racismo, a xenofobia, o populismo e a discriminação). A pandemia de COVID-19 torna os migrantes ainda mais vulneráveis devido a fatores pessoais, sociais, situacionais e estruturais, à semelhança do que se verificou em anteriores situações de crise económica. Há que criar vias legais de entrada na UE mais sustentáveis e seguras e prestar atenção à utilização eficiente dos mecanismos já existentes, para que o atual sistema de asilo encontre o justo equilíbrio entre segurança e solidariedade. Além disso, é fundamental desmascarar notícias falsas e perceções falsas e combater o discurso de ódio e o discurso político contra os migrantes, o que contribuirá igualmente para combater o racismo, a radicalização, a xenofobia e a discriminação.

## A parceria transatlântica, que assenta nos nossos valores comuns historicamente partilhados, é fundamental para enfrentar os desafios globais e preservar a ordem internacional. O CESE defende que a União Europeia deve utilizar a parceria transatlântica renovada na sua resposta aos desafios sem precedentes que o mundo está a enfrentar, incluindo a ascensão da China e de outros atores mundiais que não se regem pelos mesmos princípios democráticos. Apela igualmente para a plena participação da UE na Cimeira pela Democracia, anunciada pelo presidente Joe Biden, e para uma forte participação da sociedade civil.

# **Um novo impulso para a democracia europeia**

## A forma como a UE legisla («Legislar melhor») e a necessidade de dotá-la de um corpo legislativo europeu capaz de servir melhor os cidadãos e as empresas merecem especial atenção. O processo legislativo da UE deve ser mais transparente, mais aberto aos contributos das partes interessadas e de mais fácil compreensão.

## A participação de todos os cidadãos, através de organizações, associações e redes da sociedade civil, permitirá a recuperação e a reconstrução do futuro da Europa sobre alicerces verdadeiramente democráticos. Por conseguinte, o CESE considera que os Estados-Membros e as instituições da UE devem acautelar que ninguém seja esquecido neste processo complexo, em particular as pessoas mais vulneráveis. Tal pressupõe que as organizações da sociedade civil, enquanto parceiros fundamentais, participem em pé de igualdade no processo de tomada de decisões. Hoje, mais do que nunca, é necessário concretizar de forma mais eficaz o artigo 11.º, n.º 2, do TUE sobre o diálogo civil. O CESE considera que um instrumento para este efeito seria a inclusão de um quarto pilar no Plano de Ação para a Democracia Europeia, com uma forte ênfase e uma estratégia clara para uma cidadania ativa.

## Existe uma ligação estreita entre os princípios fundamentais europeus consagrados no artigo 2.º, como a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, incluindo o espaço cívico. O relatório sobre o Estado de direito e o Plano de Ação para a Democracia devem estar articulados e acompanhar as questões relativas ao espaço cívico, incluindo o espaço da sociedade civil. O CESE recomenda à Comissão Europeia que dê seguimento a estes planos de ação e desenvolva mecanismos mais sólidos para defender estes princípios e o espaço da sociedade civil. Nos casos em que as legislações nacionais entrem em conflito com o direito da UE haverá que instaurar processos por infração.

## O CESE aguarda com expectativa os planos da Comissão de lançar em 2022 uma nova «Iniciativa para o Diálogo Social», mas insta a Comissão a alargá-la ao «Diálogo com a Sociedade Civil», de modo que, em situações em que tal seja desejável, as organizações da sociedade civil que não os parceiros sociais tradicionais também possam participar no diálogo. Tal colocará a sociedade civil em pé de igualdade com os parceiros sociais na elaboração das políticas.

## A recessão económica causada pela pandemia tem implicações substanciais para a igualdade de género, tanto durante a recessão como na retoma posterior. A própria pandemia agravou os desequilíbrios entre homens e mulheres, razão por que o CESE considera indispensável abordar a igualdade de género e a integração da perspetiva de género em todas as facetas do processo legislativo e da aplicação da legislação da UE.

## Os direitos fundamentais e o Estado de direito estão no cerne dos valores europeus e não podem ser ignorados quando deixem de ser convenientes – são aplicáveis em qualquer momento e em qualquer parte da UE e, por conseguinte, não podem ser suspensos temporariamente. Embora a resposta à crise atual tenha de ser célere e justifique algumas medidas excecionais e limitadas no tempo, estas não podem ser contrárias ao Estado de direito nem pôr em perigo a democracia, a separação de poderes e os direitos fundamentais dos cidadãos europeus. O CESE insta a Comissão a estar vigilante e, se necessário, a intervir proativamente sempre que estes valores sejam violados. Além disso, a Comissão Europeia deve integrar as necessidades das vítimas em todos os programas de financiamento da UE, incluindo os fundos da UE geridos a nível nacional e internacional. O CESE recorda a sua proposta relativa a uma estratégia ambiciosa da UE para a comunicação, a educação e a sensibilização do público para os direitos fundamentais, o Estado de direito e a democracia.

## Importa aplicar os novos instrumentos da UE para proteger e promover os direitos fundamentais e o Estado de direito, por exemplo, o novo ciclo anual de análise do Estado de direito e o novo mecanismo para condicionar o financiamento da UE ao respeito pelos direitos fundamentais e pelo Estado de direito, de modo que estes instrumentos possam ser aplicados rápida e eficazmente. Além disso, o CESE apela para o reforço do papel da sociedade civil no ciclo de análise do Estado de direito e num fórum das partes interessadas.

## A filantropia e a sociedade civil têm um papel fundamental a desempenhar na promoção dos principais domínios de intervenção europeus e poderiam assumir um papel ainda de maior relevo se o ambiente operacional fosse mais propício. A nova política da UE de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo deve assentar nos riscos e ser proporcional aos riscos que pretende evitar sem limitar indevidamente o benefício público legítimo e o trabalho filantrópico.

## À luz da nossa experiência, não há dúvida de que se impõem mais medidas, certamente também por parte da Comissão, para assegurar meios de comunicação social livres e plurais, bem como um jornalismo independente de qualidade e uma regulamentação eficaz das redes sociais, em particular para combater a desinformação, incluindo a regulamentação da propaganda política em linha e da responsabilidade pelos conteúdos.

Bruxelas, 9 de junho de 2021

Christa Schweng

Presidente do Comité Económico e Social Europeu

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-02-21-011-en-n.pdf> [↑](#footnote-ref-2)
2. <https://www.eesc.europa.eu/pt/agenda/our-events/events/civil-solidarity-prize>. [↑](#footnote-ref-3)
3. Decisão (UE, Euratom) 2020/2053 do Conselho de 14 de dezembro de 2020 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia e que revoga a Decisão 2014/335/UE, Euratom. [↑](#footnote-ref-4)
4. Apenas 14 Estados-Membros tinham apresentado os seus planos nacionais até 30 de abril de 2021. [↑](#footnote-ref-5)
5. Comunicação da Comissão ao Conselho – Um ano após o início do surto de COVID-19: resposta em termos de política orçamental, COM(2021) 105 final, Bruxelas, 3.3.2021. [↑](#footnote-ref-6)
6. Resolução – Contributo do Comité Económico e Social Europeu para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2021 com base no trabalho do Grupo Eventual para o Contributo do CESE para o Programa de Trabalho da Comissão Europeia de 2021 (2020/C 364/01). [↑](#footnote-ref-7)
7. Ver Parecer do CESE INT/913 – Transição industrial rumo a uma economia europeia verde e digital e Parecer INT/903 – Não haverá Pacto Ecológico sem um pacto social [em curso]. [↑](#footnote-ref-8)
8. Ver o Parecer do CESE – Dever de diligência (INT/911) e a Resolução do PE – Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial. [↑](#footnote-ref-9)